

# Redução da maioria penal avança contra os dados e a própria Constituição



» ANA POTYARA  
*Diretora-executiva da Andi e membro da equipe executiva da Agenda 227*

» THAISI BAUER  
*Secretária-executiva da Coalizão pela Socioeducação e integrante da Agenda 227*

Às vésperas de uma eleição em que a segurança pública ocupará o centro do debate, um grupo de parlamentares escolheu oferecer ao eleitor a mais antiga e ineficiente das respostas fáceis. Ao criar uma comissão especial para analisar a PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos em crimes graves, já admitida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a Câmara inverte a ordem de prioridades da Constituição: em vez de proteger crianças e adolescentes com absoluta prioridade, como manda o artigo 227, propõe-se puni-los com prioridade absoluta. Uma proposta apensa admite responsabilização a partir dos 12 anos.

O artigo 227 da Constituição Federal não deixa dúvida. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à educação e à dignidade, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, violência, crueldade e opressão. A expressão “absoluta prioridade” aparece na Constituição uma única vez, e é ali. Contudo, a PEC propõe que essa geração conheça o Estado antes pela punição do que pela garantia de seus direitos.

A proposta apoia-se em duas premissas

frágeis. A primeira é a de que adolescentes ficam impunes. Não ficam. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê um sistema próprio de responsabilização, que vai da advertência à internação, com privação de liberdade de até três anos e acompanhamento posterior. É um modelo desenhado para pessoas em desenvolvimento, nem por isso desprovido de rigor, alinhado à Convenção sobre os Direitos da Criança.

Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as polícias apreenderam 72.790 adolescentes em 2024, uma taxa de 499 apreensões por 100 mil habitantes de 12 a 17 anos, ou cerca de 0,5%. Em medidas socioeducativas de meio fechado havia 12.054 adolescentes. Quando o Congresso debateu essa mesma proposta em 2015, o Unicef já apontava que apenas 0,013% dos adolescentes brasileiros haviam cometido atos contra a vida.

O mesmo Anuário registrou 2.356 mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes em 2024, das quais 2.103 na faixa de 12 a 17 anos. Entre os adolescentes, quase uma em cada cinco dessas mortes (19,2%) resultou de intervenção policial. As armas de fogo estiveram presentes em 87,3% do total. Das vítimas de 0 a 19 anos contabilizadas pelo Fórum e pelo Unicef entre 2021 e 2023, 82,9% eram negras; entre os adolescentes internados, a maioria também se declara preta ou parda, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Para a imensa maioria dos adolescentes brasileiros, sobretudo negros e pobres, o risco real não é cometer um crime. É morrer antes de chegar à vida adulta.

A segunda premissa é a de que o encarceramento reduz a criminalidade. A experiência brasileira sugere o contrário. Temos a terceira maior população carcerária do mundo (atrás apenas

de Estados Unidos e China), um déficit de 40% de vagas e um sistema que o Supremo Tribunal Federal (STF) classificou como estado de coisas inconstitucional. As duas maiores facções criminosas do país nasceram dentro dos presídios. Quando o CNJ comparou os dois sistemas, encontrou taxa de reincidência de 42,5% no prisional adulto, contra 23,9% no socioeducativo. Transferir adolescentes de um para o outro significa entregá-los, na idade de maior vulnerabilidade, ao aliciamento pelo crime organizado.

A redução da maioria não combate o tráfico de armas, as facções e as milícias. Tampouco o racismo, a evasão escolar, a ausência do Estado nos territórios onde a violência se reproduz. Quem organiza, financia e lucra com a violência não está na mira do Congresso. Apontar para adolescentes e dizer que o problema está neles é mais cômodo do que encerrar as estruturas que produzem insegurança todos os dias.

Nenhum país se torna desenvolvido e seguro sem proteger suas infâncias. Garantir a cada criança e adolescente proteção contra violências, segurança alimentar e nutricional, acesso à escola, à saúde, à cultura, ao esporte e ao lazer e aos serviços socioassistenciais é um dos poucos consensos do acirrado debate público brasileiro. Cada adolescente com ensino de qualidade, a salvo do aliciamento e longe de uma arma, é um problema que o país não terá de enfrentar dali a alguns anos. Não se pode permitir que respostas fáceis, desenhadas para caçar likes e atender ao clamor punitivista, continem esse debate.

A Constituição definiu a prioridade e a qualificou como absoluta. Falta ao Estado brasileiro a disposição de cumpri-la. Proteger crianças e adolescentes e combater a violência são o mesmo trabalho, em tempos diferentes.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



## Brasil e China podem redesenhar a segurança alimentar global



» FREDERICO MACHADO  
*Gerente de Uso da Terra e Agricultura Sustentável do Instituto Clima e Sociedade (ICS)*

Em um cenário de pressão crescente sobre os sistemas alimentares, impulsionado por mudanças climáticas, crescimento populacional, disputa por recursos naturais e incertezas geopolíticas (como a situação no Estreito de Hormuz), a cooperação entre Brasil e China se consolida como uma das articulações estratégicas do século 21. Mais do que uma relação comercial, trata-se de uma parceria com potencial para redefinir a produção, distribuição e consumo de alimentos.

A centralidade dessa agenda não é casual. A demanda por comida, água e energia renovável tende a crescer, especialmente na Ásia, enquanto os recursos naturais se tornam mais escassos. A segurança alimentar deixa de ser apenas um tema agrícola e passa a ocupar o centro da geopolítica.

Brasil e China se complementam nesse desafio. O Brasil se firmou como potência agrícola, capaz de expandir a produção. A China reúne demanda, tecnologia e capacidade de investimento para transformar cadeias produtivas. Essa complementaridade cria bases para um novo modelo de cooperação internacional, que combina escala, tecnologia e critérios socioambientais construídos pelo Sul Global.

A agenda já ganha contornos concretos. O 15º Plano Quinquenal chinês (2026-2030) sinaliza

que segurança alimentar, modernização agrícola e cooperação Sul-Sul estarão no rol das prioridades estratégicas do país.

Temos observado o crescente entendimento sobre a necessidade de associar comércio bilateral à construção de cadeias capazes de promover mitigação, resiliência, adaptação e salvaguardas socioambientais. Surge então um ponto de tensão na relação entre os dois países: a necessidade de estruturas públicas mais robustas de transparência e rastreabilidade da produção agropecuária.

Segundo estudos recentes, parte relevante do risco de desmatamento nas cadeias que abastecem a China está no Brasil. Os chineses já avançam em metodologias para mensurar emissões agropecuárias da sua produção. Também cresce o debate sobre emissões de escopo 3, nas quais commodities importadas do Brasil poderão ajudar ou dificultar as metas climáticas da China.

No Brasil, a Moratória da Soja, implementada em 2006 para evitar o avanço da produção sobre a vegetação nativa da Amazônia e hoje, infelizmente, questionada na Justiça, demonstra que é possível alinhar expansão da produção e preservação, desde que haja governança, transparência e compromisso de mercado. Sua queda poderá dificultar o acesso a mercados internacionais. Entre outras manifestações, o governo americano acaba de balizar novas taxações citando a queda da Moratória e o desmatamento ilegal. O fim da moratória pode expor mais de 13 milhões de hectares de vegetação nativa ao risco de conversão agropecuária no bioma.

Voltando à cooperação Brasil-China, resultados já são observados em diversas áreas, como o lançamento de satélites para acompanhar desmatamento e queimadas (CBERS).

Biocombustíveis sustentáveis são outro setor que pode abrir uma janela histórica de oportunidade ao agronegócio brasileiro. Os dois países podem ser referências mundiais em produção e demanda sustentáveis, alinhadas à agenda do clima.

Do lado brasileiro, no âmbito dos biocombustíveis, superados gargalos de transparência, rastreabilidade e protocolos produtivos alinhados à certificação internacional, avizinha-se um novo boom econômico, com potencial de superar os ciclos históricos de soja, carne, café e suco de laranja. Do lado chinês, os biocombustíveis serão fundamentais à descarbonização da navegação e da aviação. Já nos próximos 10 anos, a demanda por biocombustíveis na China poderá superar mais que o dobro do volume atual de etanol produzido no Brasil e nos EUA — que respondem por mais de 80% da produção global. Grandes oportunidades também para os óleos vegetais.

Ao articular produção, tecnologia e sustentabilidade, Brasil e China podem influenciar padrões globais e criar um novo eixo de governança alimentar e energética. Com o mundo fragmentado, essa coordenação pode reduzir a dependência de modelos definidos pelo Norte e abrir espaço para soluções adaptadas às economias emergentes. O desafio não é apenas ampliar a parceria, mas qualificá-la, o que exige visão estratégica, coordenação institucional e capacidade de transformar interesses convergentes em políticas e ações concretas.

Bem conduzida, a cooperação Brasil-China pode se tornar um dos pilares das seguranças alimentar e energética globais. Mais do que garantir oferta de alimentos e biocombustíveis, trata-se de definir como essa produção estará alinhada à agenda climática e quem terá voz na construção desse modelo.

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Entre Zé Carioca e Tio Sam

Criado por Walt Disney em 1942, durante a política da boa vizinhança, Zé Carioca nasceu como um símbolo da aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Elegante, simpático, dono de conversa fácil e de um talento quase sobrenatural para escapar das dificuldades, o papagaio brasileiro tornou-se um dos personagens mais conhecidos dos quadrinhos mundiais. Representava um Brasil cordial, criativo, improvisador e profundamente confiante na força da própria lábia. Passadas mais de oito décadas, o personagem continua servindo como metáfora útil para compreender certos momentos da vida política nacional.

Na diplomacia, como na vida, existe uma diferença fundamental entre simpatia e poder. A boa conversa pode abrir portas. Não substitui interesses nacionais. A habilidade retórica pode aliviar tensões. Não altera a correlação de forças entre países. Grandes potências negociam com base em interesses estratégicos permanentes, muito mais do que em afinidades pessoais entre governantes. É justamente essa lição que a história da diplomacia ensina repetidas vezes. Os Estados Unidos mantiveram relações estreitas com governos democráticos e autoritários, conservadores e progressistas, republicanos e socialistas, sempre que seus interesses nacionais assim recomendaram. A China faz exatamente o mesmo. Rússia, Índia e União Europeia seguem lógica semelhante.

Na política internacional, amizades são circunstanciais. Interesses costumam ser permanentes. Por isso, encontros entre chefes de Estado raramente podem ser avaliados apenas pelas imagens produzidas para a imprensa. Um aperto de mão não significa convergência estratégica. Um sorriso diante das câmeras não elimina divergências comerciais, tecnológicas ou geopolíticas. O Brasil ocupa posição singular nesse tabuleiro. É a maior economia da América Latina, possui enormes reservas minerais, enorme produção agrícola, matriz energética relativamente limpa e importância crescente na segurança alimentar mundial. Justamente por isso desperta o interesse simultâneo de Washington, Pequim, Bruxelas e Moscou. Essa condição exige uma diplomacia extremamente cuidadosa. Qualquer percepção de alinhamento automático ou de antagonismo permanente tende a reduzir a margem de manobra brasileira.

A tradição diplomática construída pelo Itamaraty ao longo de décadas sempre buscou preservar autonomia, previsibilidade e capacidade de diálogo com diferentes polos internacionais. Nos últimos anos, entretanto, a política externa brasileira tornou-se mais polarizada internamente. Decisões diplomáticas passaram a ser interpretadas também sob a ótica da disputa política doméstica. Isso elevou o custo de cada gesto e aumentou a repercussão de cada declaração presidencial. Nesse ambiente, a metáfora de Zé Carioca volta a fazer sentido. O personagem acreditava que inteligência improvisada bastava para resolver praticamente qualquer situação. Muitas vezes, conseguia. Outras tantas descobria que havia interlocutores igualmente experientes, conhecedores das regras do jogo e pouco suscetíveis ao charme do improviso. A política internacional raramente recompensa improvisações, corpo a corpo ou conexão descontraída e despreparada. Negociações entre países envolvem cadeias produtivas, investimentos bilionários, segurança nacional, tecnologia, comércio exterior e alianças militares.

Quando um governante aposta na informalidade e na quebra de protocolos, o argumento de seus defensores é que isso humaniza a liderança, abre canais diretos de diálogo e projeta um soft power autêntico no exterior. No entanto, o contra-argumento que ganha muita força em momentos de crise econômica ou de impasses diplomáticos sérios é o de que a liturgia do cargo não é mero capricho estético. Ela serve para blindar a imagem do país e garantir que as negociações de alto nível sejam tratadas com a gravidade que os interesses nacionais exigem. Ao longo da história, países que confundiram retórica com estratégia acabaram reduzindo sua influência internacional. Os que preservaram instituições diplomáticas profissionais conseguiram atravessar mudanças de governo mantendo credibilidade perante diferentes parceiros. O verdadeiro patrimônio de uma política externa não é o brilho momentâneo de uma fotografia nem o impacto de uma declaração. É a confiança acumulada durante décadas de comportamento previsível.

Zé Carioca permanece um personagem fascinante justamente porque simboliza um traço conhecido da cultura brasileira: a crença de que criatividade e improvisação sempre encontrarão uma saída. Na vida cotidiana, isso pode até funcionar. Na geopolítica, entretanto, costuma prevalecer uma máxima muito mais antiga: nem sempre quem parece ingênuo realmente o é, e quase nunca as grandes potências entram numa negociação sem conhecer, com antecedência, todos os interesses que pretendem defender. Entre a simpatia do papagaio e o pragmatismo das relações internacionais existe uma distância que nenhuma boa conversa consegue eliminar. É nessa distância que se decide o espaço de um país no cenário mundial.

### A frase que foi pronunciada:

“Lula é o presidente que o Brasil merece”

Celso Amorim

### História de Brasília

A primeira disputa pela presidência da Novacap partiu do PTB de Goiás. Fala-se na força que os políticos estão fazendo para substituir o dr. Afrânio Barbosa pelo deputado Haroldo Duarte, vice-presidente da Assembléia Legislativa de Goiás.  
(Publicada em 24/5/1962)